

## FORMAÇÕES DISCURSIVAS E IDEOLÓGICAS EM *LEMBRANÇA*, DE LUIZ VILELA

Evanice Ramos Lima Barreto<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo explicitar a força que a argumentação possui no interior do discurso e a importância dos operadores argumentativos e do léxico nesse mesmo contexto, a partir da análise do texto *Lembrança*, de Luiz Vilela. Para tanto, recorreu-se a alguns conceitos propostos pela teoria semântica da enunciação de Oswald Ducrot, como *posto*, *pressuposto*, subentendido, *polifonia* e *argumentação*, bem como os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa.

**Palavras-chave:** Discurso, operadores argumentativos, léxico.

**ABSTRACT:** *This paper aims to explain the force that the argumentation has within the discourse and the importance of argumentative operators and the lexicon in the same context, through the analysis of the text Remembrance by Luiz Vilela. To this end, we used the concepts proposed by the semantic theory of enunciation of Oswald Ducrot, such as position, assumption, implied, polyphony and argumentation as well as the assumptions of Discourse Analysis of the French line.*

**Keywords:** *Speech, argumentative operators, lexicon.*

### 1 Introdução

Os atos de linguagem são sempre dotados de intencionalidade e, portanto, há sempre uma tentativa de convencimento, de persuasão, por parte do autor/falante para com o leitor/ouvinte. Isso ocorre principalmente mediante o processo semântico da argumentação.

É por meio da argumentação que o autor procura principalmente formar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a razão e a verdade se encontram em suas mãos, ou melhor, em suas palavras e, portanto, objetiva, assim, a adesão deste último à sua idéia. O processo é, sobretudo, de convencimento, persuasão e influência.

Por ser uma atividade criadora em si mesma, a língua é muitas vezes usada como meio de persuasão e sugestão. A linguagem é essencialmente argumentativa, tem finalidades nitidamente

---

<sup>1</sup> Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora de Linguística da Faculdade de Ciências Educacionais (FACE).

persuasivas. Koch (1993) chega a afirmar que o ato lingüístico fundamental é o ato de argumentar. Assim sendo, percebe-se que os enunciados são sempre marcados pela força argumentativa.

Segundo Koch (1997), o ato de argumentar possui uma tríade que seria formada por falar, dizer e mostrar. Assim, nota-se que a argumentação é, na sua essência, uma declaração seguida de provas, podendo esta última ser de natureza diversa. Para Ducrot e Anscombre (1987), esse processo semântico *está na língua*, e os enunciados têm valor argumentativo, contém instruções que orientam a argumentação a lhes ser atribuída.

Sendo a argumentação a orientadora do leitor para uma determinada conclusão, tem-se como “pano” de fundo sempre a ideologia (não existe discurso isento desta, neutro – a neutralidade é tão somente um “mito”) “costurada” pelas marcas formais (marcas ideológicas lexicais) que conjuntamente irão caracterizar as formações discursivas.

A linguagem é um poderoso instrumento de manipulação e, por conseguinte, de implantação e conservação de ideologias. O histórico e o ideológico se associam ao discurso, materializando-se no lingüístico. É na linguagem que o sujeito se constitui e é nela que ele deixa as marcas da formação ideológica. Segundo Pêcheux (1969), o sujeito e a significação não são transparentes.

O autor/falante ocupa um determinado lugar na sociedade e é por ele afetado e fortemente influenciado, um lugar “ideológico” portanto, como também presume que o mesmo ocorra com o seu leitor e imagina o “lugar” deste. Existem lugares pré-determinados, lugares “específicos” para cada participante.

A argumentação constrói a textualidade, ou seja, o efeito de unicidade que dá a uma seqüência lingüística a aparência de finitude física e a ilusão da onipotência da autoria, do sujeito como origem do dizer. Em outras palavras, argumentação fixa um sentido como sentido, apagando todos ou outros sentidos possíveis, os que estão na memória do dizer que é o interdiscurso. Assim, cria um efeito de literalidade, de não-equívoco, ao direcionar a interpretação; silencia, instituindo o plano do não dito.

Os objetos que interessam à Análise do Discurso correspondem ao que se chamam “formações discursivas”. Segundo Foucault (2002, p.136),

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Assim, o *corpus* não é produzido por um determinado sujeito, mas sua enunciação corresponde a uma posição sócio-histórica na qual os enunciadores se representam.

Segundo Orlandi (1995), os enunciadores (quem o autor traz à cena para falar por ele) podem se apresentar de diferentes formas: enunciador individual - que pode ou não coincidir com o locutor (L ou Lp); enunciador genérico - que é a representação da voz do senso comum e traz para o texto as crenças historicamente constituídas; enunciador universal – voz que se apresenta como se os fatos falassem por si e que, portanto, podem ser enunciados por todos e por cada um (é, em geral, o enunciador representado no discurso científico e filosófico); enunciador coletivo – representaria a voz de uma comunidade especificada. Quanto mais enunciadores houver num discurso, maior será a possibilidade de leituras. O locutor poderá posicionar-se criticamente, tomar partido ou eximir-se. As coerções ideológicas poderão estar implícitas ou explícitas materializadas pela linguagem.

A produção de um texto implica sempre na presença de um autor interessado em envolver e convencer o leitor sobre determinado assunto. Para tanto, lança mão dos mais variados recursos da natureza, sobretudo, lingüísticos. Esses recursos acionados pelo autor objetivando levar o leitor a crer naquilo que o texto diz (explícitos) e que não diz também (implícitos) e a fazer aquilo que ele propõe são comumente denominados de procedimentos argumentativos. A sua importância é grande, uma vez que, em se tratando de texto escrito, o autor estando ausente, não poderá esclarecer no ato da leitura possíveis dúvidas do leitor, por isso deve-se procurar sempre optar pela clareza (na medida em que esta seja possível), objetivando a boa compreensão por parte do leitor.

## **2 Pressupostos teóricos**

A questão da argumentação é objeto de estudo desde a Antigüidade clássica grega, sendo tratada pela retórica. A argumentação na língua era inicialmente estudada copiando-se modelos utilizados na demonstração matemática/lógica. Mas, pouco a pouco, isso foi sendo modificado, mesmo porque a língua obedece a princípios absolutamente específicos.

Apesar de, em alguns momentos, ser confundida com a retórica - são tidas quase que como sinônimas - a argumentação difere-se desta por visualizar as formas de subjetividade implicadas nas próprias condições de possibilidade da formação discursiva, como afirma Maingueneau (1989:160), enquanto que a retórica *supõe um sujeito soberano que “utiliza procedimentos” a serviço de uma finalidade explícita*. Na argumentação, as estratégias argumentativas costumam ser discretas, sutis e eficazes, questionando os envolvidos, encobre mais do que revela, mais do que explícita. O seu apoio maior costuma ser o implícito aliado à necessidade de agir sobre outrem.

## 2.1 Abordagem de alguns conceitos da semântica da enunciação

Dentre os conceitos e concepções teóricas pertencentes à teoria semântica da enunciação, formulados e desenvolvidos pelo semanticista Oswald Ducrot, estão: *posto*, *pressuposto*, *subentendido*, *polifonia* e *argumentação*, *paráfrase*, *polissemia* e *topos*.

**Posto (P)** é o que está dito no enunciado pelo locutor, enquanto **pressuposto (PP)** é a instância em que o locutor diz algo implicitamente e precisa do interlocutor para juntos interpretarem o dito; é um conteúdo constitutivo de um enunciado que é dito sem ser verbalmente expresso. Os conteúdos pressupostos delineiam e orientam as possibilidades argumentativas do discurso, funcionando também como um ponto de partida do processo argumentativo, além de ajudar a ancorar o enunciado na situação comunicativa e no contexto social, histórico e ideológico em que o ato de interlocução ocorre. **Subentendido** é um elemento de significação que depende do interlocutor para sua interpretação, como também, faz-se necessário levar em conta as condições de produção (interlocutores: autor/leitor, contextos: situacional e sócio-histórico) para deduzir o sentido implicitado. **Polifonia** é o coro de vozes, dialogia interna do discurso; são os enunciadores (quem o locutor faz falar) que o locutor (produtor e responsável

pelas palavras na enunciação) traz à cena enunciativa. Segundo Bakhtin, a polifonia coloca em evidência as múltiplas visões de mundo, de ideologias e de consciências presentes em um texto. Em um texto polifônico, as diferentes vozes sociais se mostram; em um monofônico, apenas uma voz aparece; as demais permanecem ocultas. Monofonia e polifonia são, portanto, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos. **Paráfrase** é a reprodução de sentidos a partir de uma matriz, é o repetível. A **polissemia**, que desloca os sentidos e aponta para a criatividade, para a instauração do novo, é a possibilidade que tem o léxico de variar de sentido, segundo os diferentes contextos em que pode ocorrer. De acordo com Borba (1994, p. 234), *a linguagem humana é naturalmente polissêmica porque o signo, tendo caráter arbitrário, não tem valor fixo, realizando-se na fala por associações.*

Feita a distinção entre essas duas últimas, nota-se a relevância da polissemia no que diz respeito ao enriquecimento da análise discursiva ao enfatizar e focalizar seus múltiplos sentidos. Por fim, têm-se o **topos**, aquilo que é básico no raciocínio, o que o autor quer que o leitor acredite, sendo ele de importância vital tanto para a análise quanto para a compreensão do *corpus* discursivo.

Tais conceitos elaborados por Ducrot (1987) que, ao longo das variadas e sucessivas revisões, é quem melhor trabalha a questão da argumentação na linguagem, foram trabalhados e reelaborados, encontrando-se reunidos na nova fase da sua teoria da argumentação.

## 2.2 Breve histórico

Publicada em 1969, a primeira teoria semântica considerava que o enunciado produzido por um locutor, poderia ser desdobrado em dois atos ilocutórios: posto e pressuposto. Em 1977, uma reformulação relacionada à descrição da pressuposição é feita: Ducrot passou a compreendê-la como um ato de fala passível de ocorrer ao nível do enunciado e até sob a forma de subentendido. Com a publicação de “As escalas argumentativas”, ele dá início à sua teoria da argumentação.

Em 1980, formula sua versão inicial relativa à teoria da polifonia, provocando mudanças em sua teoria da pressuposição e argumentação, em que as análises passam a ser mais

enriquecidas, quebrando a idéia original sobre a unicidade do sujeito, procurando ainda analisá-la ao nível do enunciado, através das marcas lingüísticas. Só mais tarde, em 1984, ela é reelaborada, fragmentando a figura do locutor, que recebe duas representações diversas:

- 1 – o locutor enquanto responsável pela enunciação [L];
- 2 – locutor enquanto ser no mundo [ I ].

Recentemente, o conceito de topos foi incluído na sua teoria da argumentação, por ser considerado um princípio argumentativo, imbuído de universalidade, generalidade e gradação.

Por último, tem-se a Teoria dos Topos, que seria a versão mais recente da Teoria da Argumentação da Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores, tendendo para uma linha alternativa, uma vez que ultrapassam a questão do valor de verdade. O sentido de um enunciado não resume ao seu valor de verdade. Ele enfatiza ainda a importância dos itens lexicais, os quais são considerados referenciais por demonstrarem a intenção de uma palavra determinando a sua extensão, considerando-se, para tanto, o todo. Lança ainda algumas reflexões sobre esta última afirmação, objetivando revê-la.

Como afirma Guimarães (1977, p. 191), *toda a lingüística da enunciação... é parte de uma lingüística histórica...*e, portanto, esse caráter histórico há de ser levado em conta sempre. A mudança/modificação é inerente à linguagem e a enunciação é o lugar privilegiado para fazer ocorrê-la. Quando falamos, adotamos um comportamento intencional regido por regras. São essas regras e o modo como o enunciador se insere no tempo e no espaço, assim como as determinações semânticas e sintáticas que atribuem sentido e credibilidade aos enunciados. Assim, texto é, na perspectiva discursiva, uma unidade determinada pelo efeito ideológico da posição do autor.

### **2.3 A questão do sujeito na análise do discurso**

O sujeito faz parte do processo de produção de sentidos, mas não é responsável pelo sentido que produz. Para Courtine (1986), o sujeito é um efeito do processo sem sujeito, uma ilusão que, no interior do discurso, pode ocupar diferentes posições.

No discurso, também destacamos o “tom” ou “voz” que se revela pelo próprio modo de se expressar. É denominado Ethos. Esses efeitos são impostos pela formação discursiva. Esse “tom” ou “voz” está associado a um “caráter”, conjunto de traços psicológicos atribuídos à figura do enunciador e a uma corporalidade. Funcionam, assim, como uma incorporação que é a mescla entre a formação discursiva e seu Ethos. Observa-se no Ethos o que é dito e o “tom” com que é dito. O co-enunciador tem acesso ao “dito” através de uma “maneira de dizer” que está enraizada numa “maneira de ser”.

Na perspectiva do processo discursivo, o texto é atravessado por várias posições do sujeito e uma representação específica do sujeito (o autor) que procura criar a ilusão da unidade textual, ao mesmo tempo em que procura criar a unidade do sujeito.

Os recortes enunciativos são sempre polifônicos, pois há uma representação de papéis diferentes no enunciado.

## **2.4 A cena enunciativa**

A análise visa a enfatizar a topografia social (“lugar”) sobre os falantes. Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e atribuo um lugar complementar ao outro. Surge, então, a “cena enunciativa” ou “encenação” que não é uma máscara do “real”, mas uma de suas formas (MAINGUENEAU, 1976).

O sujeito constrói a cenografia de sua autoridade enunciativa. Designa lugares para si e para os seus destinatários. Pode ser: lingüístico e genérico. O primeiro constitui um pressuposto; o segundo é interpelado numa série de lugares enunciativos e encaixam-se uns nos outros nas seqüências discursivas.

Em um ato de enunciação, também aparece a dêixis que define as coordenadas espaço-temporais, EU-TU-AQUI-AGORA. A dêixis discursiva manifesta-se nos sentidos construídos pela formação discursiva em sua enunciação, distinguindo o locutor e o destinatário discursivos, a

cronografia e a topografia. É um primeiro acesso à cenografia de uma formação discursiva, que possui também a sua dêixis fundadora, situação de enunciação anterior à dêixis atual ou discursiva, com a finalidade de legitimá-la. Distinguem-se, assim, a locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadora.

Ler é inscrever uma escritura única a cada novo ato, pois os recortes são polissêmicos e com múltiplos significantes, dos quais um é escolhido e se instaura como significado. Assim, todo esse processo é um jogo que condiciona e restringe a interpretação. A polissemia também ajuda a compreender a noção de recorte, pois permite uma multiplicidade de sentidos e relações.

A possibilidade de compreensão se dá porque a interação é determinada social e historicamente, tornando a polissemia do signo controlada e possível. Dessa forma, todo significado é constituído e atribuído a partir de um acordo. Ele se encontra na trama das convenções que determina o perfil, os desejos, as circunstâncias e os limites do próprio leitor. Estes significados são evidenciados através dos enunciados, que nos passam a sensação de estarmos num mundo já conhecido. São espaços com identidade histórica marcada pela memória temporal que se apresenta como legítima, institucionalizada.

Na Análise do Discurso, a argumentação também é um sujeito observável, e funciona como pistas na hora da interpretação dos sentidos. A argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, por isso, ela é pertinente à língua. Estas “frases” contêm instruções, senhas, que determinam a intenção argumentativa atribuída aos enunciados. A argumentação é o ponto de vista do enunciador posto em cima pelo enunciado, numa situação de enunciação.

A orientação argumentativa constitui um modo de progressão textual que orienta a organização do texto. A argumentação é vista como a busca da persuasão de um alocutário pelo locutor. A escala argumentativa é uma classe argumentativa, em que se configura uma relação de força maior dos conteúdos dos enunciados. Na argumentação, são observados o funcionamento de operadores conjuntivos e advérbios e suas relações para melhor compreensão da organização textual. Inicialmente observam-se os conectivos, levando-se em conta como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação. Para isso, consideram-se as possibilidades de inversão das orações, a de articulação sobre o limite da frase, o alcance da pergunta, o modo de



encadeamento do texto, a divisão dos dois locutores numa conversa, a divisão entonacional no interior de uma frase e a correlação dos modos verbais nas orações.

A organização textual está fundamentalmente ligada à orientação argumentativa. Ela constitui a coesão e a coerência textual. A primeira seria a relação entre as formas do texto proposta pela orientação argumentativa. A segunda seria a consistência do sentido. Assim, concluímos que a ilusão da intencionalidade se representa no funcionamento de regularidades gramaticais e argumentativas.

Há que se falar ainda sobre o funcionamento do silêncio que determina a contradição entre o “um” e o “múltiplo”, o mesmo e o diferente. Este movimento também determina uma contradição do sujeito e do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só e o equívoco de todos os sentidos.

O silêncio é o não-dito visto do interior da linguagem. É significante e sem ele não há sentido. Para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos históricos, críticos e des-construtivistas. Sem esse processo, é impossível compreender o silêncio. Como bem afirma Guimarães (1995, p. 40),

O silenciamento (política do silêncio) é a prática de processos de significação pelos quais ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada.

Impondo o silêncio, impede-se a discussão e a discordância. Contudo, todo silêncio é parcial. Os mecanismos de apagamento são relativamente visíveis e podem ser reencontrados e tornados visíveis. Recuperá-lo, eis aí a meta a ser atingida, pois é justamente no que é ou está silenciado que geralmente se encontra o mais importante de um texto.

Observamos ainda a importância, para o processo de desenvolvimento da ideologia em um conjunto de textos, de se considerar o grau de explicitação de um conteúdo, ou seja, a identificação não só de conteúdos pressupostos, como também de outros tipos de conteúdos implícitos e dos silenciados, contrastando-os aos conteúdos explicitados.

### **3 *Corpus* discursivo**

Todo ato de comunicação é analisável em diversos níveis, com graus variáveis de complexidade. O objetivo do pesquisador é o fator determinante para o que será privilegiado no material formado para análise.

A produção dos efeitos de sentido será explicitada pelos princípios teóricos da Análise do Discurso articulados através do materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso.

A partir das marcas lingüísticas que se sobressaem, configurando pistas para análise é que começa a se delinear o caminho que levará o analista ao processo discursivo, possibilitando explicar o funcionamento do discurso. As marcas podem se constituir por construções sintáticas, elementos lexicais, morfológicos, fonológicos, não se restringindo a uma espécie de material; uma marca lingüística não é exclusiva de um único “tipo” de discurso, podendo repetir-se nas mais variadas situações de linguagem.

A Análise do Discurso permite generalizar a partir das condições de produção, e não a partir das marcas, já que a generalização, a partir das marcas, leva ao apagamento de vários funcionamentos possíveis, privilegiando apenas um. Na Análise do Discurso, a delimitação do *corpus* só ocorre com a própria análise. A partir de um campo discursivo, estabelece-se um campo discursivo de referência. Através de uma série sucessiva de restrições, chegando a seqüências discursivas que serão submetidas à análise. Para garantir a legitimidade dessas homogeneizações sucessivas é que se impõem as condições de produção, que agem como filtro que separa as seqüências discursivas que constituirão o *corpus*.

Ninguém fala de maneira totalmente objetiva e seca; são as funções emotivas/conativas que conferem à mensagem valores subjetivos. A linguagem contém um mecanismo capaz de produzir um número praticamente infinito de imagens/mensagens. Na análise das seqüências, o que determina se ela é possível ou impossível é a observação do lingüista. A observação das regularidades é importante, pois procuram explicar fatos diferentes, e os fatos semelhantes podem ser explicados por regularidades diferentes.

O conto *Lembrança*, de Luiz Vilela, publicado no livro *Tarde da noite (Contos)*, em 1980, será analisado a partir de seqüências temáticas e recortes enunciativos determinados pelas figuras

enunciativas surgidas no conto. Estas seqüências foram divididas de acordo com a perspectiva dos enunciadores:

R1 ----- Lp – perspectiva do locutor-autor;

R2 ----- E1 – perspectiva de um narrador;

R3 ----- E2 – opinião pública.

Neste texto especificamente, caminha-se muito mais na direção de uma argumentação única, uma monofonia mesmo que “disfarçada” de polifonia, do que propriamente na direção da instauração de uma polifonia.

Para a análise do corpus discursivo, associaremos as condições de produção ao funcionamento do discurso. Para tanto, operamos com os recortes enunciativos (RE) que se organizam entre si e constituem o conto enquanto texto. Cada um será examinado para verificar quais as figuras enunciativas que aí se representam e como o fazem, explicitando nas formações discursivas as pistas lingüísticas que apontam para as formações ideológicas e os implícitos da e na interlocução. Através de uma série de observações e restrições, chegamos às seqüências discursivas que serão submetidas à análise: organização do texto – seu funcionamento discursivo.

### 3.1.1 Os recortes

R1 – [Lembro-me de que ele o usava camisas brancas. Era velho limpo e eu gostava dele por isso. Eu conhecia outros velhos e eles não eram limpos. Além disso eram chatos. Meu avô não era chato]...

... [Conversávamos mas não lembro sobre o que conversávamos. Não era sobre muita coisa a conversa. Mas isso não tinha importância. O que gostávamos era de estar juntos.

Lembro-me de que uma vez ele apontou para o céu e disse: “olha”. Eu olhei. Era um bando de pombos e nós ficamos muito tempo olhando]...

... [Outra vez eu corri até o fim da praça e lá de longe olhei para trás]...

... [Então pensei que meu avô era maior que a tempestade].

Eu era pequeno mas sabia que ele tinha vivido e sofrido muita coisa. Sabia que ele tinha visto mais um filho morrer. Que tinha sido pobre e depois rico e depois pobre de novo. Que durante sua vida uma porção de gente o havia traído e ofendido

R2 - [Ele não incomodava. Ele quase não falava. Não pedia as coisas a ninguém. Nem uma travessa de comida na mesa ele gostava de pedir. Seus gestos eram firmes e suaves e quando ele andava não fazia barulho.

Ficava no quartinho dos fundos e havia sempre tanta gente e tanto movimento na casa que às vezes até se esqueciam da existência dele. De tarde costumava sair para dar uma volta. Ia só até a praça da matriz que era perto. Estava com sessenta anos e dizia que suas pernas estavam ficando fracas. Levava-me sempre com ele]... (linhas 4 a 15);

...[Depois ele voltou para mim e sorriu. Mas não disse nada]... (linhas 21 a 22);

...[Nessa hora uma faísca riscou o céu. O dia estava escuro uma ventania

R3 – [As pessoas diziam que ele era um velho muito distinto]...

### 3.2.2 Os recortes enunciativos e as figuras enunciativas

Em R<sub>1</sub>, o locutor (L) responsável pela enunciação representa-se como L<sub>p</sub> (locutor pessoal), assume a responsabilidade pelo seu dizer, pelo dito, enquanto pessoa no mundo [1]. Examinando esta representação na seqüência 1 abaixo, encontraremos:

“Lembro-me de que ele só usava camisas brancas. Era um velho limpo e **eu** gostava dele por isso. Eu conhecia outros velhos e eles não eram limpos. Além disso eram chatos...”

O sujeito tem a marca da primeira pessoa do singular (eu), o locutor (L) se manifesta e se identifica. Quem se lembra? Eu, neto da personagem principal. Ao construir um texto, o autor procura parecer sincero e verdadeiro. Mas, isso por si só não se revela suficiente. É exatamente através da argumentação, explanação do seu raciocínio que fará com que o texto pareça

verdadeiro. Utiliza estratégia centrada no emissor. É aquela que procura mostrá-lo como alguém credenciado para um dado discurso, que busca dele uma imagem favorável.

Nesta seqüência do R<sub>1</sub>, o Lp focaliza o avô como um velho limpo (“só usava camisas brancas”) e que “não era chato”. Estes enunciados já sinalizam para a conclusão a que o Locutor quer chegar. Nessa seqüência, o Lp apresenta o avô e as razões pela quais gostava dele: limpo e não era chato.

Ao afirmar: “era um velho limpo e eu gostava dele por isso”, o que estaria pressuposto no posto?

PP – Eu só gostava de meu avô porque era um velho limpo.

SUB – Eu não gosto de velhos a ser que sejam limpos.

Continuando sua orientação argumentativa, focaliza os velhos que conhecia e afirma que não eram limpos e, além disso, eram chatos, como que legitimando o dito sobre “seu avô” nos enunciados e antecipando a conclusão para a qual o texto sinaliza.

Analisando o posto “Eu conhecia outros velhos e eles não eram limpos. Além disso eram chatos”, tem-se:

PP – Todos os velhos que conheço são sujos e chatos.

SUB – Os velhos são sujos e chatos.

Ao dizer “eu conhecia outros velhos e eles não eram limpos”, instala a polifonia, é como se tivesse contestando uma outra voz ou vozes que afirme(m) que “velhos são limpos”. Na organização argumentativa em relação ao velho, sua rejeição é reforçada quando introduz através do operador argumentativo “além disso”, um argumento adicional decisivo: “eram chatos”, apontando para uma conclusão como: “eu não gosto de velhos porque são sujos e chatos”.

A cor branca aparecerá insistentemente nesse *corpus* procurando ora sinalizar para o aspecto da limpeza (quando se referir à cor da camisa) ora como sinal da idade e de respeito (cabeça branca).

Em R2 o locutor (L) se afasta do texto e fala na perspectiva de um narrador, E1 (enunciador) que fala como um argumentador no sentido de reforçar a conclusão. Apresenta uma série de argumentos, razões do “porquê” seu avô era velho, “mas não era chato”, como os outros velhos que conhecia:

“Ele não **incomodava**. Ele quase não falava. **Nem pedia** as coisas a **ninguém**. Nem uma travessa de comida na mesa ele gostava de pedir. Seus gestos eram **firmes e suaves** e quando ele **andava não fazia barulho**”.

Quando, portanto, velho não é chato?

Quando atende a esses critérios acima mencionados que não correspondem a grande maioria dos casos e nem são condizentes com o real dos idosos e suas dificuldades também reais, quer sejam físicas, psicológicas ou sociais. Para o autor, velho que não é chato é um ser quase irreal, inexistente, uma vez que os pontos levantados pelo autor são corriqueiros, comuns no dia-a-dia de uma família e de seus membros. Os adjetivos empregados aos velhos são basicamente em número de dois; sujos e chatos, portanto, ideológicos e pejorativos. Será que ele não se imagina chegando a essa idade e sendo considerado por outros como sujo e chato, como hoje ele faz? Ou será que semelhante ao seu avô, que não era nem sujo (usava camisas brancas somente) nem chato (não pedia nada, nem falava nada, etc.)?

O autor procura ainda criar (criar porque parece quase irreal, fictício) a imagem que o autor faz do seu avô. Faz uso inclusive de quase antônimos para fortalecer os seus argumentos, quando emprega dois adjetivos: firmes e suaves. Complementa a idéia quando diz que ele não fazia barulho. Como? Se mais adiante ele se contradiz e declara que o avô já contava com seus setenta anos e se julgava com as pernas fracas para ir mais longe que a praça da matriz. A dificuldade de locomoção é um dos traços característicos da velhice, juntamente com outras dificuldades físicas, psicológicas e sociais, dentre outras.

Convém ressaltar que o processo de envelhecimento ocorre desde que nascemos, mas a sua expressão maior inicia-se a partir da quarta e quinta décadas de vida, quando o indivíduo sofre as modificações compostas de limitações físicas, mudanças na imagem corporal, nos papéis sociais

desempenhados e no seu psiquismo. Embora a velhice não constitua, por si, um problema social, o idoso surge no mundo como um ser problemático no sentido de que é um ser de muitas carências.

No que diz respeito às relações entre esta formação discursiva e a formação ideológica, que normas práticas devem governar os comportamentos, gestos e atitudes dos velhos nas relações sociais (familiares, individuais) para que sejam chatos? Quando outros, que não os velhos, fazem tudo o que o autor levantou/enumerou são tidos como chatos? Ou isso não é permitido aos velhos? A intolerância nesses aspectos vale para todas as idades ou é específica aos idosos?

A velhice, como um todo, é afetada pelo produtivismo e consumismo que desvaloriza o antigo, o tradicional, a memória e a lembrança. E, na seqüência deste R2, o E1 fala do papel social do avô na família e fora dela: “ficava no **quartinho dos fundos** e havia sempre tanta gente e tanto movimento na casa que às vezes até se esqueciam da existência dele”.

O feixe de argumentos apresentado indica o papel do velho na organização social e o último argumento é introduzido pelo operador argumentativo (O.A.) “até” assinalando o argumento mais forte (escala argumentativa), no sentido da conclusão.

O lugar destinado a esse ente mais velho é sinalizado pelo autor com um diminutivo que no contexto vem a se configurar como pejorativo: “quartinho”; e que por estar acompanhado da topografia: “dos fundos” revela o isolamento, a distância que querem manter deste. Geralmente quem se utiliza desse local é a empregada doméstica quando dorme na casa, não um ente familiar. O isolamento era tamanho que chegavam até mesmo a esquecerem dele.

O que se percebe também é que na maioria das vezes a pessoa de idade não decide: ao lhe faltar o companheiro ou a companheira, “precisa” morar com alguém, senão por motivos econômicos, por lhe faltar condições físicas e/ou psicológicas para “viver sozinha”. Para os homens idosos, a situação é ainda mais difícil, pois, na maioria das vezes, falta-lhes o treino para cuidar de si e de uma casa.

Relacionando a formação discursiva com a formação ideológica, como a ideologia se manifesta?

A ideologia da sociedade capitalista encontra-se latente onde e quando um ser deixa de ser “produtivo”, funcional, portanto, no sistema, perde, além do valor, o respeito, sendo inclusive

estendido até o círculo familiar. No oriente, a situação muda. Os idosos são bem tratados. São inclusive reverenciados e venerados. Observemos o trecho a seguir:

“Conversávamos mas **não lembro** sobre o que conversávamos. Não era sobre muita coisa a conversa. Mas **isso** não tinha importância . O que gostávamos era de estar **juntos**.”

“Lembro-me de que uma vez ele apontou para o céu e disse: “**olha**”. **Eu olhei**. Era um bando de pombos e **nós** ficamos muito tempo olhando...”

“... **não** me lembro sobre o que...”

Então o “velho” monologava, uma vez que o narrador/neto não consegue lembrar o assunto, não prestava atenção. Bastante comum ignorarem os mais velhos e suas falas. Há ainda as dificuldades inerentes à terceira idade que dentre outras está inclusa aqui a da comunicação: baixa audição, baixa visão, déficit de memória e confusão mental em maior ou menor grau.

O que se percebe também é que não fica muito claro no texto se o menino acompanhava o avô por livre e espontânea vontade, apesar de afirmar mais adiante que o que gostavam mesmo era de estar juntos ou se era obrigado a ir. Vejamos a seguinte passagem:

“... De tarde costumava sair para dar uma volta. Ia só até a praça da matriz que era **perto**. Estava com **setenta anos** e dizia que suas pernas **estavam ficando fracas**. **Levava-me sempre com ele**...”

Nesta seqüência 2 de R1, o locutor se manifesta na primeira pessoa do plural (nós) e na primeira pessoa do singular:

“... conversávamos...” (**nós** = eu e meu avô)

“Lembro-me de que uma vez...”



O uso da marca da primeira pessoa do plural equivale à primeira pessoa do singular, permitindo que (L) e Lp se associem. O locutor (L) se inscreve no sujeito com dupla função:

- conferir credibilidade à enunciação (eu) e meu avô conversávamos, sinalizando ou simulando para uma aproximação ou uma pseudo-aproximação entre a juventude (neto) e a velhice (avô);
- demonstrar a integração entre as duas faixas etárias, através da troca de experiência (conversa/"diálogo" – (?)) e de afeto na relação: "Mas isso não tinha importância"; "O que gostávamos era de estar **juntos**" (?).

Nessa seqüência, o (L) ora se manifesta como "eu" ora como "nós", entretanto, prossegue a sua argumentação em direção à conclusão quando diz "Não era sobre muita coisa a conversa. Mas isso não tinha importância. O que gostávamos era de estar juntos".

O que se nota é que o mundo contemporâneo não cria oportunidades para que o diálogo com as gerações antigas seja efetivo e freqüente. A consequência imediata é o isolamento, a marginalização, perda de papéis familiares e de trabalho, perda de poder aquisitivo (quartinho dos fundos, ele quase não falava, etc.), dentre outros.

A perda dos papéis familiares associados à vida doméstica e ao mercado de trabalho estimula o afastamento de gerações, o conflito, a incompreensão e o desentendimento, sobretudo a indiferença, quando não o desprezo ou tolerância forçada e muitas vezes disfarçada.

Em seguida, faz progredir o texto com a lembrança que (ao contrário das conversas) ficou marcada na memória: um dos passeios em que o avô apontou-lhe o céu e pediu-lhe, ou melhor dizendo com o verbo no imperativo: "olha", mas parece uma ordem a ser obedecida, como realmente aconteceu: "Eu olhei". Isso, para que olhasse o bando de pombos.

Na segunda seqüência de R2, o locutor (L) convoca E1 (narrador) como para comentar o acontecimento descrito nos enunciados anteriores: "depois ele (avô) voltou-se para mim e sorriu,

mas não disse nada”. E como se complementasse “o dito” na seqüência 1 do Recorte 2 e remetesse a outras passagens do conto; mesmo em situações especiais, não falava:

“Ele quase não falava”.

“Não era sobre muita coisa a conversa”.

Neste momento, E1 descreve a mudança na cena enunciativa: “uma **faísca** riscou o céu...”, para, em seguida, mostrar o comportamento do avô: passivo, imóvel, símbolo de coragem, **maior que** as adversidades. Este parágrafo encontra-se correlacionado à última parte do texto que trata das dificuldades passadas pela personagem ao longo da sua vida.

Há, no conto, um misto de ideologia negativa sobre a velhice de que o autor não está isento, faz parte de toda uma sociedade e talvez nem mesmo seja consciente desta, como também momentos em que o mesmo enaltece a figura do avô, como se este último fosse próximo a um super-herói e só assim então pudesse e merecesse ser admirado.

Na terceira seqüência de R1, o Lp sinaliza para a construção do avô/herói (maior que a tempestade), capaz de vencer as adversidades como prova sua história de vida, história de sofrimento: traição, perdas, instabilidade econômica, par em seguida dizer: “Mas ele nunca falava disso (sua vida, sua história). Nunca o vi queixar-se de qualquer coisa...”.

Em R3, (L) fala na perspectiva de E2 (opinião pública) para dar o golpe decisivo em direção à conclusão, em que a expressão “velho distinto” se articula e tem correlação interna com todo o texto. Que efeitos(s) de sentido(s) é (são) produzido(s)?

- velho distinto – diferente dos outros velhos (sujos, chatos, faladores, contestadores, participativos)?

ou

- velho distinto - diferente porque conformado, resignado com a sua situação de isolamento, desempenhando o papel que lhe foi reservado “no quartinho dos fundo”, onde a família muitas vezes se esquecia dele?

Chama para tanto, um enunciador genérico para falar por ele. Nem mesmo na conclusão, “fechamento” da sua idéia, abandona seu “disfarçado” (mas nem tanto, uma vez que não chega a ser invisível/imperceptível) e chama outros para respaldarem o distinto avô que era seu e não de outros, portanto ele, pelo menos teoricamente, é quem melhor poderia falar sobre.

Na maioria das vezes, nem nos damos conta das ideologias inerentes a nossa concepção de vida e de mundo. Quando escrevemos, nos expomos, por mais que tentemos nos esconder, disfarçar e, então, terminamos por nos revelar.

#### **4 Considerações finais**

A análise evidenciou que o processo de interlocução instaurado no conto é complexo, destacando-se a estratégia de produzir um discurso que se sustenta no jogo da temporalidade: no hoje e no ontem e na articulação dos operadores argumentativos.

O narrador fala na perspectiva de um narrador, na maior parte da enunciação, mas convoca outras vozes, enunciadores que tomam a palavra e se manifestam em diferentes dizeres que podem sustentar o discurso do narrador ou a ele se opor. Refazer a trajetória do sujeito enquanto autor, considerando “pistas” configuradas na linguagem e que devem ser relacionadas às condições de produção, permitiu a análise do discurso de Luiz Vilela sobre a velhice. Através dessa análise se revelam não a verdadeira posição ideológica do locutor-autor, mas as diferentes formas de assujeitamentos ideológicos inscritos no discurso dos diferentes enunciadores. Não se trata de, segundo Maingueneau (1987), “examinar um *corpus* como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual se revelam substituíveis”.

A polifonia permitiu a compreensão de interlocução que se estabelece no interior do conto. Cada enunciador se faz presente, argumentando do lugar social que ocupa, representando, assim, uma voz ideologicamente constituída. O dizer do sujeito-autor produzido do ponto de vista do narrador (E1) ganha em força e credibilidade, pois representa a ideologia da sociedade capitalista que menospreza os idosos.

Nesse sentido, constituem formas de argumentação: o silêncio, os estereótipos, as atitudes etnocêntricas, a negação ou assimilação das diferenças, a exclusão, os implícitos identificados nas formações discursivas, as pistas linguísticas que evidenciam a posição do sujeito-autor, através dos enunciadores por ele institucionalizados como porta-vozes do seu discurso.

O discurso fundador de que “velho é sempre sujo, chato e inconveniente, um verdadeiro incômodo...” consolida-se na construção argumentativa de Vilela e ora analisada.

A ideologia resulta da relação entre os interlocutores, bem como das marcas dos processos discursivos fragmentados em seu processo de interação e das condições de produção com a situação discursiva. A linguagem é o suporte, é o instrumento que permite a materialização das formações ideológicas, pois reflete o individual e o social. Assim considerando, foi possível identificar, nas seqüências selecionadas, os efeitos de sentido produzidos pelos elementos de coesão, pelos operadores argumentativos, pelos verbos e advérbios, enfim, o léxico em geral. Eles serviram de referência e respaldo para o estudo feito na perspectiva da Análise do Discurso. E é nesse sentido que pudemos constatar a relação entre o funcionamento discursivo e o argumentativo.

A investigação conduziu-nos à ratificação dos postulados teóricos sobre os quais desenvolvemos o presente trabalho. A legitimação do discurso apresentou-nos coerente com a formação ideológica e, portanto, coerente também com a formação discursiva do autor que, como os demais membros da sociedade, mesmo procurando “camuflar” seu preconceito (seja ele de que tipo for - no caso específico desse *corpus*, girou em torno da idade/velhice), termina por desvelar-se ou ser desvelado numa análise mais crítica e apurada dos seus dizeres.

A argumentação juntamente com o léxico, operadores argumentativos, dentre outros, “costuram” o texto e revelam a ideologia subjacente à mensagem.

## Referências

BAKHTIN, Michael. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994. (Série Princípios)
- \_\_\_\_\_. José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994 (Repensando a língua portuguesa ).
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. São Paulo: Pontes, 1989.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. São Paulo: Pontes, 1987.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- \_\_\_\_\_. Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992 (Repensando a língua portuguesa).
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995. (Coleção Repertórios).
- PÊCHEUX, Michel (1983) “Análise do discurso em três épocas”. In: GADET, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- SAVIOLI, Francisco Platão e FIORIN, J. Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.
- VILELA, Luiz. *Tarde da noite*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1980. (Contos)